

COLLECCAO DAS LEIS

DA

PROVINCIA

DO

AMAZONAS

DE

1853.



BARRA DO RIO NEGRO.

*Typographia de M. S. Ramos.*

**Nº 2-Ex 2**







# INDICE DA COLLECÇÃO DAS LEIS

DA

## PROVINCIA DO AMAZONAS.

### Tomo 2.º 1853. Parte 1.ª

N.º	PAG.
13 — Lei de 12 de Novembro de 1853. . .	1
Isenta de todo o imposto provincial, por dez annos, o gado vaccum e cavallar, que se criar, ou for importado n'esta Provincia.	
14 — Resolução de 17 de Novembro de 1853	3
Eleva a Missão do Rio Andirá á categoria de Freguezia, com a denominação de—Freguezia de Nossa Senhora do Bom-Soccorro do Andirá.	
15 — Lei de 18 de Novembro de 1853. . .	5
Crea varias Cadeiras de ensino primario para o sexo masculino, e contem outras providencias sobre a instrução publica.	
16 — Lei de 19 de Novembro de 1853. . .	9
Concede duas Loterias, isentas de impostos provinciaes, para o estabelecimento de um Hospital de Caridade na Capital da Provincia.	
17 — Resolução de 24 de Novembro de 1853	11
Designa o lugar da reuniaõ da Assembléa Legislativa Provincial, e declara de Grande Gala na Provincia o dia da sua abertura.	



N.º		Pág.
18	— Lei de 24 de Novembro de 1853 . . . Fixa o subsidio dos Membros da As- sembléa Legislativa Provincial na se- guinte Legislatura, e a ajuda de custo de vinda e volta aos que residirem fóra da Capital.	13
19	— Lei de 25 de Novembro de 1853 . . . Permitte nesta Provincia o Commercio de Canôas chamado de regatão.	17
20	— Lei de 26 de Novembro de 1853 . . . Crea n'esta Capital uma Cadeira de mu- zica vocal e instrumental, e marca ao respectivo Professor o ordenado de 400\$ réis por anno.	21
21	— Lei de 28 de Novembro de 1853 . . . Impoem ao Professor Publico de Fran- cez a obrigação de ensinar tambem Geo- graphia e Historia, exonera-o do ensino da Arithmetica, Algebra, e Geometria, e marca-lhe o ordenado de seiscentos mil réis.	25
22	— Resolução de 28 de Novembro de 1853. Approva a deliberação da Presidencia constante da Portaria de 6 de Maio ulti- mo sobre a Cadeira de Arithmetica, Al- gebra, e Geometria, e marca o ordenado annual de seiscentos mil réis ao res- pectivo Professor.	25
23	— Lei de 29 de Novembro de 1853 . . . Isenta de todo o imposto provincial, por espaço de oito annos, as Olarias estabelecidas nesta Provincia.	27
24	— Lei do 1.º de Dezembro de 1853 . . . Fixa a despeza, e orça a receita pro-	29



N.º		Pag.
	vincial para o anno de 1854.	
25	— Lei de 3 de Dezembro de 1853 . . . Fixa a receita, e despesa das Camaras Municipaes da Provincia para o anno de 1854.	45
26	— Lei de 7 de Dezembro de 1853 . . . Crea uma nova Comarca nesta Provincia com a denominação de —Comarca do Solimões.	59









---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II. 1853. PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 13—DE 12 DE NOVEMBRO DE 1853.

Isenta de todo o imposto provincial, por dez annos, o gado vaccum e cavallar, que se criar, ou for importado n'esta Provincia.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Commendador da Ordem da Rosa, Senador do Imperio, Director Geral das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º O gado vaccum e cavallar, que se criar n'esta Provincia, ou nella for importado, será isento de todo o imposto provincial, excepto o de exportação, por espaço de dez annos contados do 1.º de Janeiro de 1854.

Artigo 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as Autoridades, á quem



(2)

o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos doze dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia, e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial isentando de todo o imposto provincial, excepto o de exportação, por dez annos, o gado vacum e cavallar, que se criar, ou for importado n'esta Provincia.*

Para V. Ex.<sup>a</sup> ver

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos sete dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl. 22 do Livro 1.<sup>o</sup> de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em sete de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas.*



---

**COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.**

**TOMO II. 1853. PARTE 1.<sup>a</sup>**

---

**RESOLUÇÃO N.º 14—DE 17 DE NOVEMBRO DE 1853.**

**Eleva a Missão do Rio Andirá á categoria de  
Freguezia, com a denominação de — Freguezia  
de Nossa Senhora do Bom-Socorro do Andirá.**

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua  
Majestade O Imperador, Commendador da Or-  
dem da Rosa, Senador do Imperio, Director Ge-  
ral das Rendas Publicas, Membro do Tribu-  
nal do Thesouro Nacional, Presidente da  
Provincia do Amazonas:*

**Faço saber á todos os seus Habitantes que a  
Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu  
Sanccionei a Resolução seguinte:**

**Artigo 1.º A Missão do Rio Andirá, elevada a  
Capella Filial pela Resolução n.º 6 de 23 de Ou-  
tubro de 1852, fica desde já elevada á categoria  
de Freguezia, com a denominação de Freguezia  
de Nossa Senhora do Bom-Socorro do Andirá.**

**Artigo 2.º O Governo da Provincia marcará os  
respectivos limites.**



**Artigo 3.º** Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos dezesete dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia, e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*Resolução, que eleva a Missão do Rio Andirá á categoria de Freguezia com a denominação de Freguezia de Nossa Senhora do Bom-Socorro do Andirá.*

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 7 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl. 22 v. do Livro 1.º de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 7 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas*



---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II.

1853.

PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 15—DE 18 DE NOVEMBRO DE 1853.

Cria varias Cadeiras de ensino primario para o sexo masculino, e contem outras providencias sobre a instrucção publica.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Commendador da Ordem da Rosa, Senador do Imperio, Director General das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º Fica creada em cada um das Freguezias de Alvellos, Canumá, São Paulo de Olivença, e São Gabriel uma Cadeira de ensino primario para o sexo masculino.

Artigo 2.º Ficão conservadas as actuaes Cadeiras do mesmo ensino n'esta Capital, Villa Bella da Imperatriz, Maués, Ega, Silves, e Barcellos, e Freguezias de Serpa, Borba, Moura, e Thomar.



**Artigo 3.º** Os Professores terão o vencimento annual de quatro centos mil réis, sendo tres partes consideradas ordenado fixo, e uma como gratificação de exercicio; e assim mais cem mil réis o da Capital, cinccenta os das Villas, e trinta os das Freguezias para aluguel de casas.

**Artigo 4.º** Os Professores que apresentarem constantemente em suas respectivas Aulas vinte e mais alumnos terão mais uma gratificação proporcional ao numero d'estes, não excedendo porem a cem mil réis por anno.

**Artigo 5.º** Os Professores serão conservados em quanto bem servirem, pertencendo sua nomeação, e demissão ao Governo da Provincia.

**Artigo 6.º** Fica igualmente conservado o Cargo de Director da Instrucção Publica, o qual perceberá uma gratificação rasoavel, que lhe será marcada pelo Governo.

**Artigo 7.º** O Governo da Provincia organisará, com a brevidade possivel, um Regulamento sobre o regimen das ditas Aulas, obrigações e gratificações dos Professores, e Director, de que trata a presente Lei, pondo-o logo em execução, e submettendo-o a approvação da Assembléa Provincial na sua proxima reunião.

**Artigo 8.º** Ficão revogadas as disposições em contrario.



(7)

Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos dezoito dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio,

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, creando varias Cadeiras de ensino primario, conservando as já existentes, e dando outras providencias sobre a instrucção publica.*

Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 7 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl. 23 do Livro 1.<sup>o</sup> de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 7 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas,*







---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II.

1853.

PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 16—DE 19 DE NOVEMBRO DE 1853.

Concede duas Loterias, isentas de impostos provinciaes, para o estabelecimento de um Hospital de Caridade na Capital da Provincia.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Commendador da Ordem da Rosa, Senador do Imperio, Director Geral das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º Ficão concedidas, e isentas de todo o imposto provincial, para o estabelecimento de um Hospital de Caridade n'esta Capital, duas Loterias de seis contos de réis cada uma, debaixo do plano dado pelo Presidente da Provincia.

Artigo 2.º O producto liquido das ditas Loterias será applicado pelo Presidente da Provincia para a fundação do edificio no lugar, que o mesmo julgar mais proprio.



(10)

**Artigo 3.º** Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos dezanove dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembl'ea Legislativa Provincial, concedendo duas Loterias, isentas de impostos provinciaes, para o estabelecimento de um Hospital de Caridade n'esta Capital.*

*Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.*

**Bernardo Francisco de Paula e Azevedo** a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 7 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl 24 do Livro 1.º de Registro de Leis, e Resoluções da Assembl'ea Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 7 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas.*



---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II. 1853. PARTE 1.<sup>a</sup>

---

RESOLUÇÃO N.º 17—DE 24 DE NOVEMBRO DE 1853.

Designa o lugar da reunião da Assembléa Legislativa Provincial, e declara de Grande Gala o dia da sua abertura.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Commendador da Ordem da Rosa, Senador do Imperio, Director Geral das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Resolução seguinte:

Artigo 1.º A reunião da Assembléa Legislativa d'esta Provincia será sempre na Capital d'ella; e quando por algum motivo ali não possa ser, será onde se achar o Governo da Provincia.

Artigo 2.º O dia da sua abertura será de Grande Gala na Provincia.

Artigo 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.



Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento, e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contém. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos vinte e quatro dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*Resolução, que designa o lugar da reunião da Assembléa Legislativa Provincial, e declara de Grande Gala o dia da sua abertura.*

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 7 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl. 24 v do Livro 1.º de Registro de Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 7 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas.*



---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II.

1853.

PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 18—DE 24 DE NOVEMBRO DE 1853.

**Fixa o subsidio dos Membros da Assembléa Legislativa Provincial na seguinte Legislatura, e a ajuda de custo de vinda e volta aos que residirem fóra da Capital,**

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Commendador da Ordem da Rosa, Senador do Imperio, Director General das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º O subsidio dos Membros da Assembléa Legislativa Provincial na segunda Legislatura será de tres mil réis diarios durante o tempo das Sessões ordinarias, e extraordinarias, e das promoções.

Artigo 2.º Os que morárem fóra da Capital perceberão para as despesas da viagem de vinda e volta as quantias marcadas na Tabella annexa a presente Lei.



**Artigo 3.º** Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos vinte e quatro dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo do mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que marca o subsidio dos seus Membros, e a ajuda de custo para as despezas de vinda e volta aos que residirem fóra da Capital.*

*Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.*

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos sete dias do mez de Dezembro de 1853

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl 25 do Livro 1.º de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial Secretaria do Governo em 7 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Scixas.*



**TABELLA a que se refere o artigo 2.º da Lei  
N.º 18**

<b>Aos Deputados residentes em Tabatinga</b>			
		<b>e Marabitanas . . . . .</b>	<b>120\$000</b>
<b>Idem</b>	<b>Idem</b>	<b>S. Gabriel, Santa Izabel,</b>	
		<b>e S. Paulo . . . . .</b>	<b>110\$000</b>
<b>Idem</b>	<b>Idem</b>	<b>Fonte-Boa, S. Joaquim do</b>	
		<b>Rio Branco, e Castanheiro</b>	<b>100\$000</b>
<b>Idem</b>	<b>Idem</b>	<b>Alvaraens, Thomar, No-</b>	
		<b>gueira, Ega, e Moreira . .</b>	<b>90\$000</b>
<b>Idem</b>	<b>Idem</b>	<b>Barcellos, e Alvellos . . .</b>	<b>80\$000</b>
<b>Idem</b>	<b>Idem</b>	<b>Villa Bella da Imperatriz,</b>	
		<b>Carvoeiro, Moura e Maués</b>	<b>60\$000</b>
<b>Idem</b>	<b>Idem</b>	<b>Airão, Borba, Canumá,</b>	
		<b>Silves, e Serpa . . . . .</b>	<b>40\$000</b>

**Palacio do Governo da Provincia do Amazonas**  
**24 de Novembro de 1853.**

***Herculano Ferreira Penna.***







---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II.

1853.

PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 19—DE 25 NOVEMBRO DE 1853.

Permitte n'esta Provincia o Commercio de Canôas  
chamado de regatão.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua  
Majestade O Imperador, Commendador da Or-  
dem da Rosa, Senador do Imperio, Director Ge-  
ral das Rendas Publicas, Membro do Tribu-  
nal do Thesouro Nacional, Presidente da  
Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a  
Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu  
Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º E' permittido em toda esta Provincia  
o Commercio de Canôas chamado de regatão.

Artigo 2.º Alem do imposto municipal paga-  
rão aa Canôas de regatão o provincial de vinte  
e cinco mil réis.

Artigo 3.º Compete as Camaras Municipaes  
na Capital e Villas, e nas Freguezias aos Fiscaes,  
conceder licença para que o mesmo Commercio se  
possa effectuar.







---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II.

1853.

PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 20 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1853.

Cria n'esta Capital uma Cadeira de musica vocal e instrumental, e marca ao respectivo Professor o ordenado de 400\$000 réis por anno.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Commendador da Ordem da Rosa, Senador do Imperio, Director General das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º Fica criada n'esta Capital uma Cadeira de musica vocal, e instrumental.

Artigo 2.º O seu Professor vencerá o ordenado annual de quatro centos mil réis.

Artigo 3.º O Presidente da Provincia poderá despende até quinhentos mil réis com o transporte do dito Professor, e compra de instrumentos,



Artigo 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, e quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contem. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos vinte e seis dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia, e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, creando nesta Capital uma Cadeira de musica vocal e instrumental.*

Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 7 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Matlos.*

Registrada a fl. 26 v. do Livro 1.º de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 7 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas.*



---

# COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA DO AMAZONAS.

TOMO II.

1853.

PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 21—DE 28 DE NOVEMBRO DE 1853.

Impoem ao Professor Publico de Francez a obrigação de ensinar tambem Geographia e Historia; exonera-o do ensino de Arithmetica, Algebra, e Geometria; e marca-lhe o ordenado de seiscentos mil réis.

*Herculano Ferreira Penna, do Consel'ho de Sua Magestade O Imperador, Commendador da Ordem da Rosa, Amador do Imperio, Director Geral das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber a todos os seus Habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º O Professor da Cadeira de Francez, creada n'esta Capital pela Lei Provincial de 29 de Novembro de 1850, sera tambem obrigado ao ensino da Geographia e Historia, e tambem exonera-do do de Arithmetica, Algebra, e Geometria; e perceberá o ordenado annual de seiscentos mil réis.

Artigo 2.º Ficão revogadas as disposições em



contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contem. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos vinte e oito dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia, e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, obrigando o Professor da Cadeira de Fran-  
cez d'esta Capital ao ensino da Geographia e His-  
toria, exonerando-o do de Arithmetica, Algebra, e  
Geometria, e marcando-lhe o ordenado de seiscentos  
mil réis annuaes.*

Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 7 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl. 27 do Livro 1.<sup>o</sup> de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 7 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas.*



---

COLLECCÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II. . . . . 1853. . . . . PARTE 1.<sup>a</sup>

---

RESOLUÇÃO N.º 22 - DE 23 DE NOVENBRO DE 1853.

Approva a deliberação do Presidência da Provincia constante da Portaria de 6 de Maio ultimo, sobre a creação de uma Cadeira de Arithmetica, Algebra, e Geometria, e marca o ordenado annual de seiscentos mil réis ao respectivo Professor.

*Heeralino Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Commandador da Ordem da Rosa, Senador do Imperio, Director Geral das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Resolução seguinte:

Artigo 1.º Fica approvada a deliberação do Presidente da Provincia, constante da Portaria de 6 de Maio do corrente anno, sobre a creação de uma Cadeira de Arithmetica, Algebra, e Geometria nesta Capital.

Artigo 2.º O Professor da referida Cadeira perceberá o ordenado annual de seiscentos mil réis

Artigo 3.º O Presidente da Provincia nomeará um Substituto, e lhe mandará abonar uma gratia.



cação, não excedendo a vinte e cinco mil réis mensaes, em quanto estiver em effectivo exercicio por impedimento do Professor.

Artigo 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento, e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpraõ, e fação cumprir taõ inteiramente como n'ella se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos vinte e oito dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia, e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*Resolução, que approva a deliberação da Presidencia da Provincia, tomada em 8 de Maio ultimo, sobre a creação de uma Cadeira de Arithmética, Algebra, e Geometria.*

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 7 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl 28 do Livro 1.º de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 7 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Siqueira.*



---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II.

• 1853.

PORTE 1.º

---

LEI N.º 23—DE 20 DE NOVEMBRO DE 1853.

Isenta de todo o imposto provincial, por espaço de oito annos, as Olarias estabelecidas nesta Província.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador. Commendador da Ordem da Rosa, Senador do imperio. Director General das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Província do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º As Olarias estabelecidas nesta Província serão isentas de todo o imposto provincial, por espaço de oito annos, contados do 1.º de Janeiro de 1854.

Artigo 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento, e execução da referida Lei per-



tencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos vinte e nove dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia, e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, isentando de todo o imposto provincial, por espaço de oito annos, as Olarias estabelecidas na Provincia.*

Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 7 dias do mez de Dezembro de 1853.

*Joaõ Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl. 2<sup>av.</sup> do Livro 1.<sup>o</sup> de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 7 Dezembro de 1853.

*Joaõ de Oliveira Seixas.*



---

COLLECCÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II.

1853.

PARTÉ 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 24—DO 1.º DE DEZEMBRO DE 1853.

Fixa a despesa, e orça a receita provincial para o  
anno de 1854.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua  
Majestade O Imperador, Commendador da Or-  
den da Rosa, Senador do Imperio, Director Ge-  
ral das Rendas Publicas, Membro do Tribu-  
nal do Thesouro Nacional, Presidente da  
Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a  
Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu  
Sanccionei a Lei seguinte:

TITULO 1.º

DA DESPEZA PROVINCIAL.

Artigo 1.º O Presidente da Provincia é auto-  
rizado a despendar no anno de 1854 com os obje-  
ctos abaixo declarados a quantia de 37:310\$000  
réis; a saber:

*Corpo Legislativo Provincial.*

§ 1.º Subsídio aos Membros da Assem-



bléa Legislativa Provincial, e indemnisação para as despesas da virgem, na fôrma da Lei n.º 18 de 24 de Novembro do corrente anno . . . 4:310\$000

§ 2.º Pessoal da Secretaria 1:100\$000

§ 3.º Expediente, impressão de projectos, mobilia e accio da Caza . . . . . 350\$00

5:820\$000

### *Secretaria do Governo.*

§ 4.º Pessoal da Secretaria 2:550\$000

§ 5.º Expediente, impressão de Leis e Regulamentos Provinciaes, e compra de mobilia . . . . . 900\$000

§ 6.º Subsídio á Folha que publicar os actos officiaes, obrigando-se o Editor a dar certo numero de exemplares para serem distribuidos ás Repartições Publicas . . . 2:10\$000

3:690\$000

### *Instrucção Publica.*

§ 7.º Gratificação ao Director . . . . . \$

§ 8.º Ordenado ao Professor de Arithmetica, Algebra e Geometria . . . . . 600\$000

600\$000 9:510\$000



(31)

<i>Transporte</i>	600\$00	9:510\$000
§ 9.º Dito ao Professor de Francez, Geographia e Historia . . . . .	600\$000	
§ 10. Quinze Escolas de 1.ªs letras, na fórma da Lei n.º 15 de 18 de Novembro deste anno . . . . .	8:190\$000	
§ 11. Escola de muzica, inclusive a quantia de quinhentos mil réis para compra de instrumentos, e ajuda de custo ao Professor . .	900\$000	
§ 12. Expediente da Directoria da Instrucção Publica, compendios e utensis para as diversas Escolas, e premios aos alumnos que mais se distinguirem . . . .	600\$000	
§ 13. Prestação ao Seminario Episcopal da Capital para sustento de seis alumnos pobres, inclusive a gratificação de quatrocentos mil réis ao Professor de Grammatica Latina pelo ensino dos alumnos externos . . . .	1:120\$000	
	—————	12:010\$000

*Culto Publico.*

§ 14. Guisamentos e alfaias	—————
	21:520\$000



(32)

*Transporte*

21:520\$000

para as Matrizes mais necessitadas . . . . . 600\$000

*Saude e caridade publica.*

§ 15. Propagação da vac-  
cina . . . . . 100\$000

§ 16 Tratamento dos en-  
fermos pobres nos Municí-  
pios onde apparecerem mo-  
lestias epidemicas ou conta-  
giosas, quando as respectivas  
Camaras não tenham meios  
de os socorrer . . . . . 400\$000

§ 17. Sustento e vestuario  
dos prezos pobres nos Mu-  
nicipios cujas Camaras não  
puderem satisfazer estas des-  
pezas . . . : : : : 500\$000  

---

1:000\$000

*Obras Publicas.*

§ 18 Vencimentos dos Em-  
pregados, e expediente da  
Administração das Obras  
Publicas . . . . . 1:000\$000

§ 19. Começo da edificação  
da Matriz da Capital . . . 1:200\$000

---

2:200\$000 23:120\$000



*Transporte* 2:200\$000 23:120\$000

§ 20. Concerto de diversas	
Matrizes . . . . .	1:500\$000
§ 21. Construcção de um	
Cemiterio na Capital . . .	2:000\$000
§ 22. Continuação da obra	
da Olaria na Capital . . .	1:000\$000
§ 23. Melhoramento das	
Estradas da Capital . . . .	500\$000
§ 24. Concerto das Cadêas	
PUBLICAS . . . . .	500\$000
	<hr/>
	7:700\$000

*Repartição de Fazenda.*

§ 25. Pessoal da Administra-	
ção de Fazenda Provin-	
cial na conformidade da Ta-	
bella annexa a Lei n.º 10	
de 3 de Novembro de 1852.	3:340\$000
§ 26. Porcentagem aos	
Empregados da Administra-	
ção . . . . .	\$
§ 27. Expediente, compra	
de livros e conhecimentos	
de talões . . . . .	500\$000
§ 28. Porcentagem aos Col-	
lectores e seus Escrivães . .	\$
	<hr/>
	3:840\$000

*Despezas diversas.*

§ 29. Aluguel da caza em	<hr/>
	34:660\$000



<i>Transporte</i>	34:660\$000
que funcção a Assem- bléa Provincial, a Adminis- tração de Fazenda e a Es- cola de 1. <sup>as</sup> Letras do sexo masculino . . . . .	950\$000
§ 30. Fabrica de chapéos de palha estabelecida por centa da Provincia . . . . .	800\$000
§ 31. Despezas eventuaes.	1:500,000
	<hr/> 2:650\$000
	<hr/> <hr/> 37:310\$000

## TITULO 2.º

### DA RECEITA PROVINCIAL.

Artigo 2.º O Presidente da Provincia é auto-  
risado para fazer arrecadar no anno de 1854 os  
impostos abaixo declarados.

§ 1.º Decima dos predios urbanos.

§ 2.º Dizimo dos generos mencionados na 'Ta-  
bella—A—annexa a presente Lei.

§ 3.º Meio dizimo dos generos mencionados na  
Tabella—B—tambem annexa a presente Lei.

§ 4.º Vinte e cinco por cento sobre o consumo  
d'aguardente de canna.

§ 5.º Cem réis por frascueira d'aguardente de  
canna ou qualquer outra bebida espirituosa, pagos  
pelo fabricante.

§ 6.º Dez mil réis de cada caza em que se ven-  
derem aguas ardentes, vinhos, licores, ou quaes-



quer outras bebidas espirituosas, na Cidade, Villas, e Povoados.

§ 7.º Dez mil réis de cada loja de fazenda a retalho e meudezas, (inclusive as lojas ambulantes) taverna, botequim, botica, casa de leilão, padaria, e açougue, na Cidade, Villas, e Povoados.

§ 8.º Dez mil réis de cada casa de modas, ou em que se venderem joias ou objectos de luxo.

§ 9.º Vinte mil réis de cada armazem em que se venderem por grosso ou atacado generos seccos ou molhados, na Cidade, Villas, e Povoados.

§ 10. Vinte mil réis de cada casa de negocio de qualquer especie, situada fóra dos Povoados.

§ 11. Vinte e cinco mil réis de cada Embarcação empregada no Commercio de regatao.

§ 12. Mil réis annuaes por tonelada das Embarcações empregadas no Commercio interno da Provincia, ou entre esta e a do Pará; e quinhentos e quarenta réis por pessoa, em cada viagem, da tripolação das mesmas Embarcações.

§ 13. Dez por cento das heranças e legados, inclusive o uso-fructo, e dos premios deixados aos Testamenteiros logo que excederem a vintena, e sómente do excesso desta; e vinte por cento quando os herdeiros Collateraes do 4.º gráo em diante, segundo o Direito Civil, addirem as heranças *ab-intestato*.

§ 14. Cinco por cento da compra e venda de escravos.

§ 15. Dez por cento sobre provimentos de Empregados provinciaes.

§ 16. Deuz por cento das fianças criminaes.



§ 17. Dez mil réis de cada escravo que sahir da Provincia, não indo em companhia de seu Senhor, e para serviço do mesmo.

§ 18. Dez mil réis de cada cavallo ou egoa, que se exportar para fóra da Provincia.

§ 19. Cinco mil réis por cabeça de gado vaccum exportado para fóra da Provincia.

As crias, tanto do gado vaccum, como do caval-  
lar, pagaráo a quarta parte do imposto respectivo.

§ 20. Duzentos réis de cada tartaruga que se exportar para fóra da Provincia.

§ 21. Producto da fabrica de chapéos de palha.

§ 22. Producto da venda das Leis e Regula-  
mentos Provinciaes.

§ 23. Cobrança da divida activa.

§ 24. Multas por infracção de Leis ou Regula-  
mentos Provinciaes.

§ 25. Producto de rendas não classificadas.

§ 26. Reposições, restituições, e alcances.

§ 27. Bens vagos, e do evento.

### TITULO 3.º

#### DISPOSIÇÕES GERAES.

Artigo 3.º O Presidente da Provincia fica au-  
torisado para:

1.º Reorganisar a Administração da Fazenda Provincial creada pelo Regulamento de 20 de Agosto de 1852, podendo alterar o numero dos Empregados, e augmentar-lhes os actuaes vencimentos, uma vez que o accrescimo total dos ordenados não exceda de dous contos de réis annuaes.



2.º Reformar as disposições da Lei n.º 10 de 3 de Novembro de 1852, e dos Regulamentos anteriores, concernentes ao methodo da arrecadação, escripturação, e distribuição das rendas publicas, podendo comminar multas até duzentos mil réis além da apprehensão, do pagamento de direitos em dobro, e das outras penas do contrabando.

3.º Fazer nas Tabellas-A-e-B annexas a esta Lei as alterações que a experiencia aconselhar, com tanto que nenhum dos generos consumidos na Provincia, ou d'ella exportados venha a pagar mais de dez por cento de imposto.

4.º Mandar pagar com a renda do corrente anno, e do de 1854 a divida passiva de 1852, que for liquidada pela Administração da Fazenda Provincial, e bem assim as despezzs feitas com serviços autorisados pela Lei do Orçamento em vigor, para que não forem sufficientes as quantias fixadas nas respectivas verbas.

5.º Mandar igualmente pagar o ordenado devido, á razão de quinhentos mil réis annuaes, ao actual Professor interino da Cadeira de Francez da Capital, e ao seu Antecessor, desde a data das respectivas nomeações até o fim do corrente anno; e ao Official da Secretaria do Governo João de Oliveira Seixas a quinta parte do ordenado de Official Maior, correspondente ao tempo do seu exercicio neste lugar.

6.º Renovar, ou reformar como julgar mais conveniente, o contracto feito em 13 de Maio do corrente anno com o Mestre da Fabrica de chapéos de palha, estabelecida por conta da Provincia.

7.º Mandar emprestar pelo Cofre Provincial



à Camara Municipal de Villa Bella da Imperatriz, com as condições que julgar rasoáveis, a quantia de um conto e cem mil réis para ser applicada a compra de uma caza que sirva de Paço da mesma Camara e Cadêa Publica.

8.º Mandar continuar até o fim do corrente anno o pagamento da gratificação mensal de cincoenta mil réis ao Professor interino de Arithmetica, Algebra, e Geometria.

9.º Mandar pagar, desde já, a Francisco Antonio Monteiro Tapajós a quantia de cento e quatorze mil réis, que de mais despendeo com jornaes de trabalhadores, por terem falhado os que o Governo devia prestar-lhe para a obra da Caza da Camara Municipal da Capital por elle contractada.

Artigo 4.º A' Professora vitalicia de insructão primaria desta Capital se abonará, além dos seus actuaes vencimentos, a gratificação a que tiver direito pelo numero de discipulas, segundo a disposição da Lei n.º 15 de 18 de Novembro do corrente anno.

Artigo 5.º Ficão em vigor as disposições da Lei n.º 10 de 3 de Novembro de 1852, que não versarem particularmente sobre a fixação da receita e despesa, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Artigo 6.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteira-



mente como n'ella se contém. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas no 1.º dia do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, orçando a Receita e fixando a Despeza para o anno de mil oitocentos e cincoenta e quatro, como nella se declara.*

Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 12 dias do mez de Dezembro de 1853.

*Joaõ Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl. 29 do Livro 1.º de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 12 de Dezembro de 1853.

*Joaõ de Oliveira Seixas.*







## A

**TABELLA** dos generos que devem pagar dizi-  
mo em virtude do § 2.º do art.º 2.º da Lei Pro-  
viucial n.º 24.

Abutua.

Algodão.

Arroz.

Azeite de todas as qualidades.

Banha de tartaruga, de peixe boi, ou qualquer outra.

Breu em paõ, e em rama.

Café.

Estopa.

Farinha secca.

Dita d'agua (sómente a que for exportada para  
fóra da Provincia.)

Dita de tapioca.

Feijão.

Gergelim.

Jutaycica.

Manteiga d'óvos de tartaruga, de peixe-boi ou  
de qualquer outro peixe.

Mel.

Milho.

Mixira de qualqner especie.

Piassava em rama ou em obra.

Redes de fio.

Ditas de maqueira de qualquer qualidade.

Pós de tapioca.

Sebo.

Sumaúma.

### *Advertencia.*

O imposto será pago quando os generos entra-



rem nas Povoações da Provincia, ou quando forem  
exportados, como determinarem os Regulamentos  
do Governo.

Palacio do Governo da Provincia do Amazonas  
1.º de Dezembro de 1853.

*Herculano Ferreira Penna.*



**B**

*TABELLA dos generos que devem pagar meio  
dizmo em virtude do § 3.º do Art. 2.º da Lei  
Provincial n.º 24.*

Cacão.  
Castanha.  
Couros.  
Cravo.  
Cumarú.  
Chifres.  
Goma elastica de qualquer fôrma manufacturada.  
Grudes.  
Guaraná.  
Madeiras de qualquer especie, ou fôrma (sômente  
as que forem exportadas para fóra da Provincia)  
Oleo de cupahyba.  
Peixe secco e salmoira.  
Pelles.  
Puxiny.  
Salsa-parrilha.  
Sólla.  
Tabaco.  
Urucú.

*Attenção.*

O imposto será pago quando os generos entra-  
rem nas Povoações da Provincia, ou quando forem  
exportadas, como determinarem os Regulamentos  
do Governo.

Palacio do Governo da Provincia do Amazonas  
1.º de Dezembro de 1853.

*Herculano Ferreira Penna.*







---

# COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA DO AMAZONAS.

TOMO II.

1853.

PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 25—DE 3 DE DEZEMBRO DE 1853.

Orça a receita, e fixa a despesa das Camaras Municipaes desta Provincia para o anno de 1854.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Commendador da Ordem da Rosa, Senador do Imperio, Director General das Rendas Publicas, Membro do Tribunal do Thesouro Nacional, Presidente da Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou a Lei seguinte:

## CAPITULO 1.º

### *Despezas Municipaes.*

Artigo 1.º As Camaras Municipaes d'esta Provincia são autorizadas á despende no anno financeiro do 1.º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1854 as quantias que a cada uma d'ellas vão declaradas na presente Lei; a saber:

§ 1.º Camara da Cidade da Barra. —



(46)

Ordenado ao Secretario . . .	300\$000
„ „ Fiscal . . .	200\$000
„ „ Porteiro servindo de Continuo . . . . .	100\$000
Gratificação ao Medico para curar os enfermos pobres e os presos existentes na Cadêa da Capital . . .	400\$000
Ao Boticario q̃ aviar remedios aos enfermos pobres . . . . .	240\$000
Ao Procurador, e a cada um dos Fiscaes de fóra da Cidade 6 por cento da renda que effectivamente arrecadar.	\$
Despezas judiciaes, Jury e eleições . . .	300\$000
Expediente da Camara . . . . .	50\$000
Festas do Culto Divino e regosijo publico .	100\$000
Limpeza de ruas e estradas . .	200\$000
	<hr/>
	1:890\$000



(47)

Transporte	1:890\$000
Luz, sustento, vestuario e cu- rativo aos pre- zos pobres . . .	400\$000
Compra de ba- lanças, pezos e medidas . . .	50\$000
Eventuaes . . .	50\$000
Divida passiva—Vencimentos aos Emprega- dos, aluguel de caza, restitui- ção de multa, custas de pro- cessos, e expe- diente da Ca- mara . . . . .	1:101\$086
	<hr/> 3:491\$086 <hr/>

§ 2.º Camara de Villa Bella da Im-  
peratriz.

Ordenado ao Secretario . . .	120\$000
„ „ Fiscal . . .	60\$000
„ „ Porteiro ser- vinho de Con- tinuo . . . . .	40\$000
Gratificações ao Procurador, e aos Fiscaes de fóra da Vil- la 6 por cento a	
	<hr/> 220\$000 <hr/>



*Transporte* 220\$000

cada um da renda que effectivamente arrecadar . . . . . \$

Com o concerto e preparo da Caza que se comprar para Paço da Camara e Cadêa . . . 400\$000

Judiciaes, eleições, e expediente da Camara . . . . . 60\$000

Festas do Culto Divino e regosijo publico . . . 60\$000

Luz, sustento, vestuario e curativo aos presos pobres . . . 50\$000

Limpeza de ruas, praças e estradas . . . . . 80\$000

Continuação da obra do Cemiteiro . . . . . 800\$000

Eventuaes : . . 20\$000

---

1:690\$000

---



## § 3.º Camara da Villa de Maués.

Ordenado ao Secretario . . .	200\$000
„ „ Fiscal . . .	50\$000
„ „ Porteiro servindo de Continuo . . . . .	30\$000

Gratificações ao Procurador,  
e aos Fiscaes de fóra da Villa 6 por cento a cada um da renda que effectivamente arrecadar . . . . . \$

Despezas judiciaes, Jury, eleições, e expediente da Camara . . . . . 150\$000  
Festas do Culto Divino e rego-sijo publico . . . 50\$000  
Luz, sustento, vestuario e curativo aos presos pobres . . . 150\$000  
Limpeza de ruas e estradas . . . 50\$000  
Com a continuação da obra da Caza da Cama-

---

620\$000



(50)

	<i>Transporte</i>	640\$000	
	<i>ra e Cadea . .</i>	200\$000	
	<i>Continuação da</i>		
	<i>obra do Cemi-</i>		
	<i>terio . . . . .</i>	100\$000	
	<i>Mobilia para a</i>		
	<i>Sala das Sessões</i>	80\$000	
	<i>Eventuaes . .</i>	20\$000	
<i>Divida Passiva — Ordenados</i>	<i>aos Empregados,</i>		
	<i>despezas com</i>		
	<i>eleições, expe-</i>		
	<i>diente da Ca-</i>		
	<i>mara, e custas</i>		
	<i>de processos . .</i>	297\$998	
		<hr/>	1:377\$998

§ 4.º Camara da Villa d'Ega.

<i>Ordenado ao Secretario . .</i>	200\$000	
<i>„ „ Fiscal . . .</i>	100\$000	
<i>„ „ Porteiro ser-</i>		
<i>vindo de Con-</i>		
<i>tinuo. . . . .</i>	50\$000	
<i>Gratificações ao Procurador,</i>		
<i>e aos Fiscaes</i>		
<i>de fóra da Vil-</i>		
<i>la 6 por cento</i>		
<i>a cada um da</i>		
<i>renda que effe-</i>		
<i>ctivamente ar-</i>		
<i>recadar . . . .</i>	\$	
	<hr/>	350\$000



	<i>Transporte</i>	350\$000	
<b>Despezas</b>	judiciaes, elei- ções e expedi- ente da Cama- ra . . . . .	50\$000	
	Festas do Culto Divino e rego- sijo publico . . .	40\$000	
	Luz, sustento, vestuario e cu- rativo aos pre- sos pobres . . .	80\$000	
	Limpeza de ru- as e estradas . .	80\$000	
	Compra de pa- drões para a afe- rição . . . . .	30\$000	
	Eventuaes . . . .	20\$000	
		<hr/>	650\$000

## § 5.º Camara da Villa de Silves

<b>Ordenado</b>	ao Secretario . .	120\$000	
„	„ Fiscal . . . .	50\$000	
„	„ Porteiro ser- vindo de Con- tinuo . . . . .	30\$000	
<b>Gratificações</b>	ao Procurador, e aos Fiscaes de fóra da Vil- la 6 por cento a cada um da		
		<hr/>	200\$000



	<i>Transporte</i>	200\$000	
	renda que effe-		
	ctivamente ar-		
	recadar . . . . .	\$	
<b>Despezas</b>	judiciaes, . . . . .		
	ções e expedi-		
	ente da Cama-		
	ra . . . . .	40\$000	
	Festas do Culto		
	Divino e rego-		
	sijo publico . . .	30\$000	
	Luz, sustento,		
	vestuario e cu-		
	rativo aos pre-		
	sos pobres . . .	40\$000	
	Limpeza de ru-		
	as e praças . . .	40\$000	
	Eventuaes . . .	15\$000	
		<hr/>	365\$000
			<hr/>
§ 6 ° Camara da Villa de Barcellos.			
	Ordenado ao Secretario . . .	120\$000	
	” ” Fiscal . . . . .	50\$000	
	” ” Porteiro servin-		
	do de Continuo. . . . .	30\$000	
<b>Gratificações</b>	ao Procurador,		
	e aos Fiscaes		
	de fóra da Vil-		
	la 6 por cento		
	a cada um da		
	renda que effe-		
		<hr/>	200\$000
			<hr/>



	<i>Transporte</i> . . .	200\$000	
	ctivamente ar-		
	recadar . . . . .	\$	
<b>Despezas</b>	judiciaes, elei-		
	ções e expedi-		
	ente da Cama-		
	ra . . . . .	40\$000	
	Festas do Culto		
	Divino e rego-		
	sijo publico . . .	30\$000	
	Luz, sustento,		
	vestuario e cu-		
	rativo aos pre-		
	sos pobres . . .	40\$000	
	Limpeza de ru-		
	as e praças . . .	40\$000	
	Eventuaes . . .	15\$000	
<b>Divida passiva</b> —	Vencimentos		
	aos Emprega-		
	dos, e expedi-		
	ente da Cama-		
	ra . . . . .	99\$000	
		<hr/>	464\$000
			<hr/>

## CAPITULO 2.º

## DA RECEITA MUNICIPAL.

Artigo 2.º As Camaras Municipaes da Provin-  
cia arrecadarão no anno de 1854 as rendas men-



cionadas no Capitulo 2.º da Lei n.º 12 de 11 de Novembro de 1852, com as seguintes alterações.

§ 1.º Os impostos do Ver-o-pezo serão regulados pela Tabella annexa á presente Lei; e cada Camara os arrecadará dos generos produzidos ou manufacturados no seu Municipio, quando forem exportados para fóra d'elle, na conformidade dos Regulamentos que o Governo expedir.

§ 2.º A Camara Municipal de Villa Bella da Imperatriz fará arrecadar annualmente o imposto de mil réis de cada montaria, que se empregar na salga de peixe nos Lagos ou Rios do seu Municipio, e o producto será especialmente applicado a obra do Cemiterio da mesma Villa.

§ 3.º Fica reduzida a 4\$000 réis a taxa das licenças para depositar madeiras nas Povoações, e a 2\$000 réis a das licenças para fabricar aguardente de beijú, ou mandioca, de que tratão os §§ 13 e 14 da Tabella—B—annexa a referida Lei n.º 12.

§ 4.º Ficão revogados os §§ 6.º, 7.º e 8.º do Artigo 3.º e o Artigo 4.º da Lei n.º 12 de 11 de Novembro de 1852, por acharem-se comprehendidos na Tabella annexa a presente Lei os impostos de que elles tratão.

### CAPITULO 3.º

#### DISPOSIÇÕES GERAES.

Artigo 3.º Continuarão a ser observadas no anno de 1854 as disposições da Lei n.º 12 de 11 de Novembro de 1852 não revogadas pela presente.



Artigo 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades, á quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ella se contem. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos tres dias do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia, e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA DE LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, orçando a Receita e fixando a Despeza das Camaras Municipaes para o anno de mil oitocentos e cincoenta e quatro, como n'ella se declara.*

*Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.*

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 13 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Mattos.*

Registrada a fl. 33 do Livro 1.º de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 13 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas.*







**TABELLA** do imposto do ver-o-pezo, que cada  
*Camara Municipal* deverá arrecadar dos generos  
 produzidos ou manufacturados no seu *Municipio*,  
 quando forem d'elle exportados, segundo a dis-  
 posição do § 1.º do artigo 2.º da *Lei Provincial*  
 n.º 25.

Abutua . . . . .	por arroba	020
Algodão em caroço . . . . .	„	040
Algodão descaroçado . . . . .	„	120
Arroz em casca . . . . .	por alqueire	020
Arroz pilado . . . . .	arroba	060
Azeite de qualquer qualidade . . . . .	pote	080
Banha de tartaruga . . . . .	„	100
Bran em pão, ou em rama . . . . .	arroba	040
Café em casca . . . . .	„	040
Dito pilado . . . . .	„	060
Cacão . . . . .	„	040
Castanha . . . . .	alqueire	020
Couros salgados ou seccos . . . . .	um	020
Cravo . . . . .	arroba	100
Cumarú . . . . .	„	100
Estopa . . . . .	„	020
Farinha de tapioca . . . . .	alqueire	020
Feijão . . . . .	„	040
Goma elastica de qualquer forma fabricada . . . . .	arroba	200
Gergelim . . . . .	alqueire	040
Grudes de qualquer qualidade . . . . .	arroba	100
Guaraná . . . . .	„	120
Jutaycica . . . . .	„	050
Manteiga de ovos de tartaruga, de peixe-boi, ou qualquer outra . . . . .	pote	200
Mel de canna . . . . .	„	020
Milho . . . . .	maõ	010



Mixira de qualquer especie	pote	100
Oleo de cupahyba	canada	200
Peixe secco e salmoira	arroba	040
Pelles de onça	uma	100
Ditas de veado	„	050
Piassava em rama ou em obra	arroba	020
Puxiry	„	100
Pós de tapioca	alqueire	040
Redes de maqueira de valor de		
5:000 reis para cima	uma	200
Ditas de valor inferior a 5:000	„	050
Salsa-parrilha	arroba	200
Sólla	meio	040
Sebo	arroba	050
Sumaúma	„	050
Tabaco	„	200

Palacio do Governo da Provincia do Amazonas  
aos 3 de Dezembro de 1853.

*Herculano Ferreira Penna.*



---

COLLECÇÃO DAS LEIS DA PROVINCIA  
DO AMAZONAS.

TOMO II. 1853. PARTE 1.<sup>a</sup>

---

LEI N.º 26—DE 7 DE DEZEMBRO DE 1853.

Crea uma nova Comarca n'esta Provincia com a  
denominação de — Comarca do Solimões.

*Herculano Ferreira Penna, do Conselho de Sua  
Majestade O Imperador, Commendador da Or-  
dem da Rosa, Senador do Imperio, Director Ge-  
ral das Rendas Publicas, Membro do Tribu-  
nal do Thesouro Nacional, Presidente da  
Provincia do Amazonas:*

Faço saber á todos os seus Habitantes que a  
Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu  
Sanccionei a Lei seguinte:

Artigo 1.º Fica creada n'esta Provincia uma  
nova Comarca com a denominação de Comarca  
do Solimões, que abrangerá todo o territorio actu-  
almente comprehendido nos limites do Municipi-  
pio da Villa d' Ega.

Artigo 2.º Ficão revogadas as disposições em  
contrario.

Mando por tanto á todas as Autoridades á quem  
o conhecimento, e execução da referida Lei



pertencer, que a cumprão, e fação cumprir taõ inteiramente, como n'ella se contem. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos sete dias do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigésimo segundo da Independencia e do Imperio.

L. S.

*Herculano Ferreira Penna.*

*CARTA de LEI, pela qual V. Ex.<sup>a</sup> manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que crea uma nova Comarca n'esta Provincia com a denominação de Comarca do Solimões.*

Para V. Ex.<sup>a</sup> ver.

Bernardo Francisco de Paula e Azevedo a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo da Provincia aos 22 dias do mez de Dezembro de 1853.

*João Wilkens de Matlos.*

Registrada a fl. 36 v. do Livro 1.<sup>o</sup> de Registro de Leis, e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial. Secretaria do Governo em 22 de Dezembro de 1853.

*João de Oliveira Seixas.*

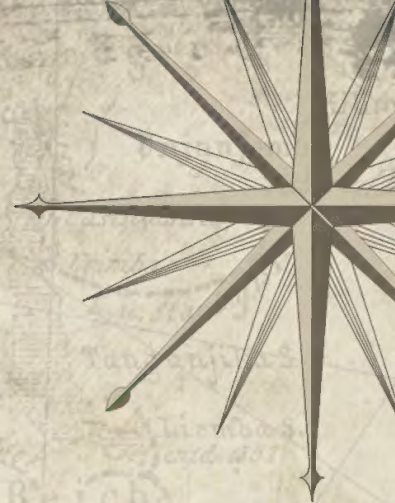
---

*Amazonas. — Typ. de M. da S. Ramos. — 1854.*





**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO



## Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS  
DIGITAIS**

[https://beacons.ai/cdmam\\_sec](https://beacons.ai/cdmam_sec)

**FALE CONOSCO**

(92) 3090-6804

[cdmam@cultura.am.gov.br](mailto:cdmam@cultura.am.gov.br)

[acervodigitalsec@gmail.com](mailto:acervodigitalsec@gmail.com)

Secretaria de  
**Cultura e Economia  
Criativa**

